



DESPRATICANDO AS NORMAS: UM OLHAR SOBRE A CISGENERIDADE

Yuna Vitória Santana da Silva¹

RESUMO

Este ensaio tem como objetivo discutir os aspectos constituintes da cisnormatividade e do seu efeito sobre os corpos generificados na sociedade. Para tanto, tal discussão está articulada à investigação da cisgeneridade enquanto categoria de análise importante para pensar corpos alinhados com o sistema sexo/gênero normatizado, em esforço filosófico empenhado a promover fissuras ao legado dos estudos clássicos das transexualidades. Tomando como base o poema de Manoel de Barros intitulado Um Olhar, articula-se uma crítica à busca de uma gênese trans, quase sempre pensada como patológica, que se interessa sobremaneira pelas aspirações eróticas e práticas sexuais dos pesquisados e demais questionamentos que promovem regimes de enunciabilidade. Promove-se então uma virada epistemológica que encontra no seu radical oposto, a cisgeneridade, a possibilidade de depreender melhor o modo de operação da opressão de gênero e do comportamento social, uma vez que tais abordagens, ao descreverem e prescreverem as experiências de gênero por ferramentas hegemônicas, produzem formas de falar e de ver transexualidades e sujeitos trans, o que influencia consequentemente na subjetivação dessas identidades através dos moldes de referências do dispositivo que a produz.

Palavras-chave: cisnormatividade, cisgeneridade, transgeneridade, transexualidade, gênero.

Abstract:

This essay aims to discuss the constituent aspects of cisnormativity and its effect on gendered bodies in society. For such, this discussion is linked to the investigation of cisgenerity as an important analysis category to think bodies aligned with the normalized sex / gender system, in a philosophical effort committed to promote fissures to the legacy of transsexuality classics studies. Based on Manoel de Barros poem entitled Um Olhar, a critique of the search for a trans genesis, almost always thought of as pathological, is articulated, which is particularly interested in the erotic aspirations and sexual practices of the respondents and other questions that promote regimes of enunciability, articulates an epistemological turn that finds in its opposite radical, cisgenerity, the possibility of better understanding the mode of operation of gender oppression and social behavior, since such approaches, when describing and prescribing gender experiences by hegemonic tools, they produce ways of speaking and seeing transsexualities and trans subjects, which consequently influences the subjectivation of these identities through the reference patterns of the device that produces it.

Keywords: cisnormativity, cisgenerity, transgenderity, transsexuality, gender.


¹ Graduanda pelo Curso de **Direito** da Universidade Federal da Bahia - UFBA, cantorayuna@gmail.com;

(83) 3322.3222

contato@desfazendogenero.com.br

www.desfazendogenero.com.br





“Que a sorte me livre do mercado
e que me deixe
continuar fazendo (sem o saber)
fora de esquema
meu poema
inesperado

e que eu possa
cada vez mais desaprender
de pensar o pensado
e assim poder
reinventar o certo pelo errado”

- Ferreira Gullar

Introdução

Este ensaio tem como objetivo discutir os aspectos constituintes da cisnormatividade e do seu efeito sobre os corpos generificados na sociedade, sendo a mesma “elemento institucionalizado e que atravessa sociedades e culturas de formas interseccionais” que “remontam processos genocidas e racistas” através da colonização dos corpos (SIMAKAWA, 2015, p. 26, 34). Para tanto, tal discussão está articulada à investigação da cisgeneridade enquanto categoria de análise importante para pensar corpos alinhados com o sistema sexo/gênero normatizado, em esforço filosófico empenhado a promover fissuras ao legado dos estudos das transexualidades, em que busca o pesquisador, antes, desvendar as intimidades e futilidades trans para produzir verdades sobre esses corpos e identidades, que complexificar o debate sobre identidade de gênero, sexo e sexualidade livre de miradas coloniais e universalizantes. A versão atual se configura como primeiras impressões de uma construção investigativa maior que sistematiza, cartografa e mapeia os desdobramentos da normatividade cisgênera nas instituições sociais e relações interpessoais.

Tomando como base o poema de Manoel de Barros intitulado Um Olhar, articula-se uma crítica à busca de uma gênese trans, quase sempre pensada como patológica ou imoral, que se interessa sobremaneira pelas aspirações eróticas e práticas sexuais dos pesquisados e demais questionamentos que promovem regimes de enunciabilidade. Movimenta-se introdutoriamente uma virada epistemológica que encontra em seu radical oposto, a cisgeneridade, a possibilidade de deprender melhor o modo de operação da opressão de gênero e do comportamento social, uma vez que tais abordagens, ao descreverem e prescreverem as experiências de gênero por ferramentas hegemônicas, produzem formas de falar e de ver transexualidades e sujeitos trans, o que influencia consequentemente na subjetivação dessas identidades através dos moldes de referências do dispositivo que a produz. Busca-se disponibilizar alternativas aos estudos daqueles que, nos termos de Simakawa (2015, pag. 169) “querem definir o que somos a partir de patologias, transtornos e imoralidades, tentando nos impor algumas poucas narrativas simplificadoras da ampla diversidade do que sentimos”. O esmero em pensar a cisgeneridade, portanto, funciona como estratégia política e metodológica de explicitação da não neutralidade



dos estudos das transexualidades, que ao partirem de epistemologias cisnormativas, cristalizam o sujeito trans e essencializam o gênero na experiência cis através da retórica do desvio, da dissidência, da artificialidade ou da naturalidade aberrante, da depravação, dos caminhos para o conserto e congruência. A este último, costumeiramente chamam de processo transexualizador, controlado pelas ciências psi's e jurídica através da produção de verdades sobre a transexualidade.

Configurado enquanto ensaio filosófico, a metodologia escolhida para este ensaio não poderia ser outra senão a pesquisa qualitativa considerando exercícios etnográficos e autoetnográficos, valendo-se de experiências cotidianas e revisão bibliográfica para articular estratégias de compreensão e desestabilização das engrenagens sociais. O objetivo desta empreitada reflexiva, através da máxima “despraticar as normas”, é desemaranhar as linhas do dispositivo de gênero para, uma vez compreendendo-o em sua profundidade teórica e seu modo de operação, o que não seria possível buscando apenas a origem da transexualidade, ensaiar caminhos que promovam fissuras a essa estrutura através da investigação da experiência que a define, a experiência cisgênera, historicamente não marcada, culturalmente naturalizada e politicamente no locus de decisão. As costuras reflexivas consideram tanto a micro quanto a macropolítica, uma vez que se pretende crítica ao gênero enquanto dispositivo a partir da experiência universalizada (cisgênera), sendo o dispositivo

"(...) um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas.

Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos"

(Foucault, 2000, p. 244, apud Marcello, p.2).

Assim, considerando precárias as abordagens que desconsideram os debates interseccionais, decoloniais e despatologizantes de gênero, interessa ao exercício de investigação e reflexão presente neste trabalho a compreensão do binarismo de gênero e da cisgeneridade como fundamentais para uma abordagem da transgeneridade de um outro lugar de produção, que vê na diferença uma possibilidade natural de se vivenciar o gênero e não um desvio, uma incongruência, um transtorno, uma anomalia de uma suposta condição cisgênera inata; ruptura epistêmica necessária para abalar as linhas de poder que conduzem as experiências dissidentes à subalternidade como parte do projeto de supremacia de sua antagonista.

1 - Um rio na beira de uma Garça: A sociedade transfóbica no contexto das pessoas trans

Certa vez me deparei, nesse universo incomensurável chamado internet, poeta que sou, com um clássico de Manoel de Barros que me fez perceber, ou melhor, nomear aquilo que já vinha exercendo, ainda que taciturnamente, em minha vida; o (re)treinamento do olhar. Ou deveria dizer destreinamento? Porque estamos, todas as pessoas, inseridas em sociedades embotadas de normatividades de diversas naturezas. Gênero, etnia, classe e geração são apenas algumas entre muitas engrenagens que operam no eixo da opressão, esse mecanismo que institucionaliza o preconceito, maximiza as (in)diferenças, converte a expulsão em exclusão, a coação em coerção, o individual em universal, o micro em macro e o contrário também é verdade. O discurso de ódio, aqui, vira narrativa determinista sobre corpos e identidades. O senso pessoal



e preconceituoso de selecionar companhias vira segregação do espaço público. Opinião se torna regra. Gosto vira norma e norma vira gosto. Crença vira verdade, sobrenome se faz autoridade, tudo advindo de perspectivas de seletas categorias dominantes. Perspectivas hegemônicas arbitrariamente colocadas por, justamente, juízos de valor, preconceitos, supremacismos morais e existenciais. Temos, então, a fórmula dos sistemas opressores que se retroalimentam: produzir estigmas e ser pelos estigmas sustentado, em complexa relação de poder e interação com o Outro. A ambivalência é fundamental para que o cis-tema se sustente, por isso o que convencionou-se chamar de “privilégio cisgênero” não é algo que se pode recusar mediante o despertar para a sua existência ou o reconhecimento de vivências outras - ele permanece ali, encarando corpos que contrariam as expectativas cisnormativas assentadas ao longo do desenvolvimento civilizatório. E fica imóvel diante dos corpos assimilados por suas diretrizes, conscientes ou não que sejam de tal projeto colonial de controle dos corpos. Mas onde, afinal, entraria a subjetividade do olhar nessa miscelânea de marcadores sociais excludentes, se me permitem relembrar o poema “Um Olhar”? Como a percepção de si no mundo dentro dessa territorialidade epistêmica e social (cisgênera) poderia ter potência transformadora de um sistema que independe de recusas individuais para continuar presenteando grupos dominantes? A resposta, se existe, não é e tampouco poderia ser conclusiva, mas nos ensina caminhos de observação e atenção à fronteira entre a objetividade e a subjetividade que desenham caminhos possíveis de atuação mais ampla. Pensemos. Uma regra excludente de uma instituição qualquer, baseada em princípios cisnormativos, ou seja, que consideram apenas as experiências e corporalidades cisgêneras, dizem respeito à ordem individual ou estrutural de análise? Ora, se temos, por exemplo, orientações de vestimentas que não contemplam pessoas trans, portanto vetam esses corpos por óticas do cis-tema sexo/gênero, como no caso de uma travesti ser impedida de adentrar um estabelecimento público por estar com roupas-de-mulher, temos, pois, uma exclusão sistemática, institucional, da macro-relação na medida em que essa postura é respaldada pelo regimento institucional de uma rede de espaços comuns que bloqueiam acessos de uma população específica. Uma medida que veta o acesso exclusivamente de pessoas trans, cujas identidades ou materialidades pressupõem farsa. Mas não teriam sido sujeitos cisgêneros os responsáveis pela construção e execução dessas normativas? E não seriam os sujeitos cisgêneros, salvos os sujeitos transgêneros cooptados, os operadores dessa norma e também os principais beneficiados? E poderia a norma ser aplicada sem individualidades que a implemente, a efetive ou a autorize? O sujeito então cria a norma e por ela é criado, uma vez que, se a criou, havia sido treinado previamente para que a criasse, treinamento este advindo de outras normas que foram criadas por outros sujeitos já normatizados, com ou sem consciência dessa *mão invisível da cultura*. Assim nosso olhar é adestrado para não estranhar essas convenções sociais, de modo a assimilá-las tão profundamente como se fossem leis naturais. A naturalização, portanto, de um dispositivo de controle social, evocando categorias de análises de Michel Foucault (1997), é parte fundamental do processo de normatização dos sujeitos a partir de acordos tácitos culturais e institucionalizados. Eis o cis-tema retroalimentador das opressões. Cabe aqui, entendendo que as dinâmicas dos modos de operação das opressões não se esgotam com essa fórmula simplista, dependendo também de outros fatores de incentivo, punição e recompensa para que se sustente por prestígio, influência e poder, compreender que nossas miradas individuais acerca dos fenômenos que criam as normas e das próprias normas, são capazes, por assimilação ou por tensionamento, de modificá-las, mesmo que as mudanças mais sutis e limitadas por fatores socioeconômicos se concretizem nas microrrelações. Mas pensar para além da norma, nesse caso da cisnorma, em diversos setores da vida, sendo que somos todos regidos e doutrinados por ela na maioria das vezes sem nos apercebermos disso, é possível? Há lógica em se colocar contra a lógica dominante e pagar o preço da sanção ou ininteligibilidade social? O eu-lírico empregado pelo Manoel de Barros certamente concordaria

que não, assim como sua namorada, no poema, teria considerado que “até a ciência não tem lógica”. Lispector e Rimbaud, segundo ela, não discordariam. Não há lógica porque o lógico foi construído para favorecer o status quo. Como seria possível exercer esse contrapoder diante de recortes tão poderosos de nossas agências e do agigantamento de alguns dispositivos em tempos reacionários, então? Podemos desenhar algumas estratégias que escapariam do escopo desse capítulo, talvez desse trabalho, mas no que concerne os primeiros passos, que engloba o despertar para a necessidade de tensionamento desses sistemas e a recusa inequívoca de pressupostos coloniais que podem acabar nos seduzindo nessa jornada, o poema nos revela; **despraticar as normas**. Assim como a moça, que na obra não tem nome, como todas as moças que fazem revolução não têm, o pontapé inicial é “ver errado” no contexto em que o “certo” é o que está posto e pretensiosamente vendido enquanto certo, o real é um produto do poder da realeza que dita o que existe e não existe, ou melhor, o que deveria existir e como deveria. Ver errado, aqui, é reconhecer o torto enquanto torto, o reto enquanto reto, a diferença que os distingue e as injustiças que os separam sem a necessidade íntima de consertar ou enquadrar. Errar é fugir da crueldade da correção compulsória que a ideia contestável de “correto” angaria, recusando os mitos da perfeição e da igualdade que apagam as especificidades. Ver errado sempre que trocar o “certo” pelo duvidoso for o mais humanitário. Duvidar e errar para bem compreender. Errado porque o certo já matou demais. O certo quase nunca acerta. Porque o mau é bom e o bem cruel, uma tigresa me contou (VELOSO). E sempre que o “correto” enveredar ao erro, errar para acertar ou errar para não acertar o errado.

“Errar” enquanto recusa de tudo o que falseia e, de tão sutil e naturalizado, é tido por todos enquanto verdadeiro. “Ver errado” só faz sentido porque há algum parâmetro para “ver certo”. Se não questionarmos os parâmetros, continuaremos habitando o terreno das incertezas, e o incerto quase sempre favorece o injusto que está confortável no poder.

Se podemos ver certo ou ver errado, seja o que for certo ou errado, nosso olhar está passível de sentidos, caminhos a percorrer, através de noções prévias ou simultâneas ao olhar. E não cabe relativizar essas noções de modo a nos encaminhar a uma recusa total delas, mas questionar, duvidar e provocar até que se esprema ao imo e não reste nada senão o bem comum calcado na dignidade humana, tudo o mais é maquiagem moral para a face dissimulada da opressão. Aqui jaz a magia, o rompimento da neutralidade de algumas óticas, o reconhecimento de que toda leitura parte de uma noção, de um lugar, uma parcialidade, mesmo que tímida ou adestrada.

Exercite despraticar as normas.

Não a rebeldia pela rebeldia, o puro e irracional descumprimento da lei formal. “Destreinar” ou retrainar o olhar já modelado para visualizar o que está posto como certo, sem nenhuma garantia de que realmente seja, para deixar de servir suas noções enganosas. Ver errado, ver na contramão, nas arestas das falhas, por trás do vidro embaçado pelo hálito do transfóbico, racista, ébrio, cafajeste. Um ver-travesti, transviado, des-viado e desvairado. Desconfiar dos axiomas, dos dogmas, testar as máximas sociais, existenciais e espirituais generificadas. Especialmente as generificadas. Ou seja, quase tudo o que há.

Despraticar porque praticar outras sem necessariamente romper radicalmente com a primeira pode desembocar em um jogo ilusório de substituição do mito pelo mito, da construção por ferramentas viciadas. Primeiro o rompimento da prática e depois a decisão do que praticar.

Outro dia resolvi ensaiar algumas maneiras de despraticar as normas, para além de apontar as normatividades alheias. Olhei para mim, desconstruída, politizada, prafrentex, lacradora, problematizadora, engajada nas questões sociais, elaborando estratégias de inserção das pessoas trans nos espaços de trabalho. Foi quando o incômodo de estar pensando estratégias que se apliquem a mim, enquanto trans fora do mercado de trabalho, me incomodou e descortinou a ineficácia de muitas daquelas políticas clichês que se podia ouvir repetidamente em qualquer roda de conversa sobre inclusão social de maneira muito natural. Então rememorei as tantas

vezes em que me inseri nesses espaços e não consegui permanecer. Tais experiências haviam me ensinado da maneira mais amarga que não basta inserir, é preciso garantir a permanência, algo praticamente impossível trabalhando apenas com a capacitação das pessoas trans. Não são elas, ou melhor, nós que criamos as situações de constrangimento ou de impasses burocráticos desses espaços. Não somos nós que nos convidamos a sair. São, pois, as pessoas cisgêneras ao não saberem lidar (ou não desejarem lidar) com as pessoas trans em suas plurais e desconhecidas demandas. E, conjuntamente, a cisnormatividade que condiciona o olhar desses sujeitos. Despraticar a norma, ali, era perceber a existência cisgênera como passível de capacitação, talvez mais do que a existência transgênera, impedida de se capacitar muitas vezes por fatores estruturais, como os traços de exclusão do ensino formal, núcleo familiar e trabalho, mas também individual, como a violência física e verbal.

“Falam de um projeto para ‘preparar travestis e transexuais para disputar empregos’, e não deixo de pensar, como economista com alguma experiência profissional e por certo tempo desempregada ou subempregada (uma situação bastante privilegiada dentro do contexto das pessoas travestis), que a ‘preparação’ do mercado de trabalho às diversidades é algo mais fundamental e relevante que a preparação das pessoas trans a este mercado (o que não torna, evidentemente, o acesso a recursos educacionais inútil; pelo contrário, especialmente se consideradas as discriminações existentes contra pessoas trans em ambientes escolares).”

(SIMAKAWA, cap. 4, p.169)

Despraticar as normas agora é pensar a cisgeneridade, mas poderia ser o capacitismo, o classismo, o etarismo, o diadismo, o raCISmo. Marcar os sujeitos não marcados. Fazer com que percebam as problemáticas dos sistemas que os privilegiam sem que eles tenham noção justamente por serem benefícios não nomeados, tidos como naturais, mas para quem?

Ensaiei alguns caminhos para atingir as pessoas cis, conscientizá-las de seus privilégios e da importância de seus papéis enquanto agentes ativos dessa reparação histórica, não esperando que se sensibilizem para que tenhamos sucesso, mas para que se tornem operadores conscientes das próprias trajetórias de exclusão ou inclusão que praticaram e praticam e assim possam se responsabilizar e promover movimentos contrários nos espaços que não acessamos - ou minimamente para que não possam evocar a retórica da ignorância que culpa toda a transfobia conscientemente praticada na falta de informação e formação, desconsiderando o contingente cada vez mais expressivo de transfóbicos por opção.

Um ano se passou desde então e ainda muitos não compreendem a necessidade do trabalho de base com a cisgeneridade ao invés do salvacionismo paternalista voltado para a “infeliz e sofrida população trans”, “essas pessoas” que precisam de “nossa ajuda (ajuda cis)” e que só sensibilização a sociedade através de “narrativas de sofrimento”, aspeando para fazer referência a expressões que ouço muito frequentemente nos espaços que se pretendem inclusivos.

Logo entendi o engodo desses discursos e o perigo de pôr em prática a norma mesmo quando o que se busca é corrompê-la.

2: Pensando a cisgeneridade:

Despratiquei a norma, outra vez, quando fui seduzida momentaneamente pelo discurso de uma bióloga que pontuava a importância de mapearmos a transgeneridade em nível genético, neurológico, fisiomorfológico, etc. Queria ela me alertar da importância de não desprezarmos

esses elementos cruciais na formação das identidades de gênero auto-percebidas, se não na determinação propriamente delas, na influência da produção. E tudo isso faz muito sentido para mim, ao menos no tocante à influência desses fatores internos junto aos externos. Mas peguei-me, por alguma razão, pensando na necessidade de que, para ter a transexualidade alguma relevância acadêmica, tenha que partir desse lugar, das ciências naturais, como se as ciências humanas não tivessem dito desde a década de oitenta sobre a existência de agentes endógenos e a poderosíssima ação dos exógenos na construção de pertença individual de gênero, que é biopsicossocial. E senti falta também dos esforços para mapear a cisgeneridade na academia. Mais que uma necessidade, buscar a origem das identidades cis deveria ser igualmente importante, um dever de pesquisadores que buscam evitar a reprodução epistemicida da naturalização da cisgeneridade que despreza todo o conteúdo feminista, especialmente o transfeminista sobre identidade de gênero. E, novamente, frustrei-me ao reconhecer que é desinteressante para os cientistas produzir uma verdade auto-evidente para a sociedade. "Não é necessário", me dizia a professora, já que quem precisa de atendimento específico somos nós, transgêneros, criaturas problemáticas no fantástico mundo cis, se me permitem a complementação não declarada. E talvez essa busca pela origem trans só seja interessante em epistemologias cisnormativas que consideram a transgeneridade como desvio de uma condição natural de existência, o que nos coloca obviamente no pejorativo lugar anômalo, uma abstração da intersexualidade no âmbito psíquico e por isso, como sua correspondente física, precisa ser corrigida no bisturi e sob a autoridade médica. É desse terreno, aparentemente ingênuo ou inofensivo, que se iniciam os processos de regimes de narrativas impostas de cima para baixo. Pensei que seria mais produtivo, portanto, refletir os mecanismos de construção e reconhecimento das identidades de gênero dos sujeitos em geral, contribuição que contemplaria todos os corpos sexuados que vivenciam o gênero, seja por assimilação à norma, seja por enfrentamento. E assim se daria a minha contribuição no grupo de pesquisa. Pesquisar apenas a transgeneridade me parece, parafraseando a personagem de Maria Alice Vergueiro em "Tapa na Pantera", um copo de gelo com dois dedos d'água para matar a sede. Logo propus a inversão mais adequada, pensar a cisgeneridade, mas como se podia supor, tive o esforço desencorajado pelos amante das puras ciências. Não seria produtivo buscar a origem da construção de uma identidade cisgênera em projetos de pesquisa que a colocam como o grande ponto de partida das experiências de gênero. Isso, quando muito, interessa aos contadores de histórias das não-ciências humanas e sociais. E por isso, decerto, os estudos da neurociência e da sociobiologia indicam a possível semana da gestação em que as modificações intra-uterinas podem favorecer o desenvolvimento de um cérebro que se pensa "sexualmente inconforme", ocasionando uma "personalidade egodistônica", onde todas as predileções de signos socioculturalmente e historicamente localizados são muito bem justificados por estruturas e funções de componentes celulares em interação e, por vir desse lugar de saber, toda a justificativa é pensada para colocar a experiência trans como contrárias ao estado harmônico inicial das coisas. Assim, combatendo o determinismo social, temos a brilhante relação entre biomoléculas que transformam o macho adulto em homem e a fêmea adulta em mulher, contemplando as principais funções sociais de cada figura. Relações essas quase imunes aos fatores externos, que, sabemos, as transformam, remodelam, ressignificam. Partindo da biologia, que se inicia cisgênera, se pensa na influência, se há, dos fatores exógenos no processo biológico da transexualidade, que é um estado transgressivo do normal, do cisgênero primordial, pois só com o status de inata, embora desviante, ela poderá ser conjecturada enquanto verdadeira, existente, digna, para que essa mesma verdade, existência e dignidade lembrem à cisgeneridade o seu lugar de destino natural donde todas as variações exóticas originam. Assim a cisnormatividade assimila a transexualidade pelo discurso biomédico - porque ele, o discurso, opera para o status quo. E assim formula também noções de naturalidade e artificialidade. Tais investidas, como se pode

observar, partem epistememes bem demarcadas, modeladas por pressupostos que naturalizam a ideologia da cisgeneridade essencial e orientam pesquisas, levantamentos, bibliografias, metodologias e reflexões nesse sentido, acobertando a ausência de dados precisos sobre essa verdade-cis pelo enfoque na produção de uma verdade-trans, que precisa ser testada e aprovada para que sua antagonista permaneça no controle de produção e autoridade. A investigação da cisgeneridade ameaça, assim, o mito da transgressão da natureza primeira na qual a figura da transsexualidade foi construída, onde somente através da própria natureza, que admite anomalias, se poderia explicar e acolher sujeitos trans sem ameaçar a inexorabilidade da cisgeneridade. É a inconformidade, por isso, que precisa ser estudada e justificada, para então ser compreendida e genericamente tolerada, produzindo uma verdade sobre ela, seu caráter inconforme de ordem natural e não sociopolítica - é este o mecanismo do modelo ciscêntrico de mundo. E essa mesma busca que não investiga a si própria funciona para dar manutenção a condição axiomática de ser cis. Na sociedade, tal mirada cisnormativa costumeiramente coloca corpos trans nesse lugar de justificar a própria existência, fazendo a existência ciscênera não se pensar e, portanto, se desobrigar de atender aos mesmos questionamentos.

"A identidade (de sexo/gênero) é uma construção tão afetiva quanto nossas orientações sexuais. E talvez por isso mesmo não exista uma resposta objetiva pra perguntas como "o que é ser mulher?"

-
essa pergunta, freqüentemente, feita por "feministas" transfóbicas para "testar" o discurso de pessoas trans quando afirmamos nossas identidades. Essa pergunta faz tanto sentido quanto me perguntar, enquanto lésbica, "o que é amar mulheres?". Eu não sei definir o que é amar mulheres."

(GRIMM, 2019)

Eu sou obrigada a saber o que é ser trans em minha vivência, ao passo que a cisnormatividade opera convencendo subliminarmente a cisgeneridade a não se pensar e, por conseguinte, não responder questões que lhe parecem óbvias. As transgeneridades. Despraticar a norma é marcar o sujeito não marcado socialmente e igualmente pesquisá-lo. É inverter a lógica de busca por respostas. E, sobremaneira, reconhecer que muitas vezes não é preciso ter o que responder.

"(...) Se me perguntam "o que é ser uma mulher", eu talvez não tenha essa resposta fria e objetiva que a cisgeneridade parece ter (a biologia, a "socialização", etc)... e eu prefira dizer simplesmente que não sei responder. Mas a ausência dessa resposta não torna minha experiência menos verdadeira. Mesmo porque, não existe uma única forma de ser mulher... eu, Raíssa, não sou "todas" as mulheres: eu sou ESSA mulher, aqui e agora, experiência viva que se constrói neste corpo e no de mais ninguém.[...] Foi nesse âmbito de saber que eu entendi quem eu sou: o mesmo âmbito do amor, que não se explica racionalmente, mas nem por isso é menos presente, existente e político. Não há como esperar que teorias estritamente pautadas na razão, na prepotência por estabelecer verdades universais,



consigam entender quem somos. Nós somos o próprio desafio a tudo que existe de universal.

Antes de disputar um lugar à luz dessas verdades, precisamos questionar sua prepotência. E entender que quando teorias passam por cima dos afetos, vivências, para silenciá-las, distorcê-las, patologizá-las - estamos falando sobre teorias violentas. Teorias que não nos servem, se temos como foco a luta por existências mais livres aos nossos afetos."

(GRIMM, 2019)

Se no passado a curiosidade pela compreensão da transgeneridade teve sua relevância no entendimento das dissidências sexuais e de gênero, hoje as discussões avançadas clamam por outras miradas e esforços, novos dados que não necessariamente caminhem apenas nesse sentido, em respeito às contribuições que o movimento negro e de sexualidades dissidentes trouxeram ao marcar e desnaturalizar seus investigadores/pesquisadores/etnógrafos, respectivamente a branquitude e a heteronormatividade representadas pelo sujeito universal branco e heterossexual. Que possamos compreender, à luz desses des-caminhos, o conceito de cisgeneridade para além daquilo que a própria cisnormatividade nos condiciona a pensar, porque sem esta, aquela é apenas uma possibilidade entre muitas de se vivenciar o gênero. Se poucos são os trabalhos que se ocupam com o poder da influência territorial, social, cultural e política na produção e percepção da cisgeneridade e de sua relação de dominação enquanto base do machismo, era preciso ir além da transgeneridade para responder essas lacunas de indagações silenciosas. E se pensarmos a conformidade de gênero enquanto também problemática e construída? Se deprendermos as identidades cis como também auto-percebidas, visto que cis e trans são apenas formas de se internalizar e vivenciar o gênero na cadeia social? Se a transexualidade for de difícil mapeamento porque a cissexualidade igualmente o é, conforme Jesus (2012, pag. 14 e 15):

“A verdade é que ninguém sabe, atualmente, por que alguém é transexual, apesar das várias teorias. Umaz dizem que a causa é biológica, outras que é social, outras que mistura questões biológicas e sociais. Vale dizer o mesmo para as pessoas cisgênero. (...) O que importa, com relação à transexualidade, é que ela não é uma bênção nem uma maldição, é mais uma identidade de gênero, como ser cissexual.”

Haveria uma distinção despejorativizada que causaria uma série de implosões no sistema-mundo pensado por e para pessoas cisgêneras, brancas e heterossexuais. Gastar energias mapeando a transgeneridade, a depender de como isso é feito, talvez possa operar em prol de pressupostos cisnormativos que naturalizam algumas existências e artificializam outras em um campo de possibilidades que, na verdade, ambas podem ser naturais ou artificiais, posto que produtos de mecanismos semelhantes de produção e reconhecimento - pressupostos cisnormativos pelo menos quando esse mapeamento serve interesses de áreas que selecionam as experiências que precisam se justificar para assim existir nos espaços comuns. Um caminho legítimo para muitos pesquisadores cis, mas não para uma pesquisadora trans, que não encontra a origem da transfobia na falta de uma origem precisa do fenômeno transexual. Uma pesquisadora que se interessa mais pela desnaturalização da cisgeneridade.

Já que muito já se produz sobre questões trans e sem o menor recurso ou intuito de atrapalhar essas produções, resolvi aplicar minha energia em outras abordagens, pensando a cisgeneridade

(83) 3322.3222

contato@desfazendogenero.com.br

www.desfazendogenero.com.br



e trabalhando com ela, à exemplo da empregabilidade, refletindo também a saúde das pessoas trans em contraste com o acesso demasiadamente privilegiado de corpos cisgêneros a determinadas especialidades que foram pensadas para eles e por isso não nos compreendem nessa lógica. Lógica que só pensa a nossa diferença, a nossa doença, o transtorno, o desvio, o “começo do problema”, aqui identificado pela curiosidade do momento exato da autodescoberta, em que a pessoa trans descobre que *não era o que deveria ser, ou se recusou a ser como é* ou, ainda, *explicitou a condição patológica*. A marca do desvio, o mito da descoberta seletiva, o marco inicial do problema, tudo isso são questões que só se revelam problemáticas quando **despraticamos as normas** que nos foram internalizadas.

Não basta lutar pela melhoria da qualidade de vida das pessoas trans, é preciso entendê-las como legítimas, seja uma escolha, uma herança genética, uma construção consciente, inconsciente ou até um mistério para a humanidade. Porque a cisgeneridade, nos lembra a *desprática* das normas, também pode ser tudo ou nada disso. A cisgeneridade não precisa se explicar porque a transgeneridade também não precisa. E, à parte de discussões, permanece natural, aceitável, não narrada, não marcada, não problematizada, não investigada. Quem pretende pesquisar identidades trans precisa tomar as rédeas do seu próprio lugar enquanto cis para então deliberar sobre os métodos de pesquisa.

3: Conclusão: Um olhar


Eu olho já distante da prática normativa a sociedade e “vejo errado”. Vejo a sociedade transfóbica no contexto das pessoas trans, não as pessoas trans no contexto da sociedade transfóbica, porque o meu foco agora é a raiz do problema, que não está em nós, dentro de alguma proteína, carboidrato, lipídio, conexões neuronais, reações bioquímicas, genes ou comportamentos, mas majoritariamente na forma como valoram e recebem esse arcabouço biológico e político que trazemos, independentemente de sua gênese. Penso como pensam as minhas. Como os transfeminismos. Como as travas de pista e transviadas babadeyras. Olho o mundo em seus problemas e vejo transfobia, não transgêneros. Vejo práticas cisnormativas ao invés de problemas trans. Observo os sistemas excludentes e não demandas inviáveis de pessoas complexas demais. Identifico os privilégios da cisgeneridade ao invés do déficit da transgeneridade. E assim entendo que, se biológica, mental, social ou tudo isso junto, já não importa tanto, como nunca importou para o cis-tema.

Vejo errado como via a namorada do eu-lírico do poema, que encantou-se com o rio na beira da garça enquanto todos miravam a garça na beira do rio. E maldiziam sua forma de ver.

Que possamos, a exemplo dela, trocar nossos urubus por andorinhas, revisitar nossas contradições, nos livrar das lentes capciosas que enveredam nossas miradas à cisnormatividade, processo tão difícil quanto necessário em nossas vivências e ciências. Miradas parciais que se disfarçam de neutralidade científica. Que tenhamos o discernimento de observar o não observado, pensar o impensado, narrar o não narrado. Compreender, enfim, que o que separa a garça do rio é quem é colocado à beira, ou melhor, onde colocamos essa “beira”, essa “margem”. É ela que afasta as experiências e determina quem é protagonista e quem é coadjuvante, quem habita e quem é habitado, quem se agiganta e quem se amiúda. Quem é margem e quem é marginal. Quem é específico e quem é universal. Para tanto, basta muitas vezes um olhar. O pai da moça, segundo o poema, disse que era só despraticar as normas. Ahamos certo.

Barros e eu.

“Eu tive uma namorada que via errado. O que ela via não era uma garça na beira do rio. O que ela via era um rio na beira



de uma garça. Ela despraticava as normas. Dizia que seu avesso era mais visível do que um poste. Com ela as coisas tinham que mudar de comportamento. Aliás, a moça me contou uma vez que tinha encontros diários com suas contradições. Acho que essa frequência nos desencontros ajudava o seu ver oblíquo. Falou por acréscimo que ela não contemplava as paisagens. Que eram as paisagens que a contemplavam. Chegou de ir no oculista. Não era um defeito físico falou o diagnóstico. Induziu que poderia ser uma disfunção da alma. Mas ela falou que a ciência não tem lógica. Porque viver não tem lógica – como diria nossa Lispector. Veja isto: Rimbaud botou a beleza nos olhos e viu que a beleza é amarga. Tem Lógica? Também ela quis trocar por duas andorinhas os urubus que avoavam no Ocaso de seu avô. O Ocaso do seu avô tinha virado uma praga de urubu. Ela queria trocar porque as andorinhas eram amoráveis e os urubus eram carniceiros. Ela não tinha certeza se essa troca podia ser feita. O pai falou que verbalmente podia. Que era só despraticar as normas. Achei certo.”

Um Olhar – Manoel de Barros



Referências:

MARCELLO, Fabiana de Amorim. O CONCEITO DE DISPOSITIVO EM FOUCAULT: mídia e produção agonística de sujeitos-maternos. Jan/jun 2004.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Lisboa: Relógio d'Água Editores. 1997

GRIMM, Raíssa Eris. **A identidade (de sexo/gênero) é uma construção tão afetiva quanto nossas orientações sexuais.** Salvador, 1 set. 2019. Facebook: lesbikaos. Disponível em: <https://www.facebook.com/lesbikaos/posts/871570633243001>. Acesso em: 2 jul. 2019.

VERGUEIRO, V. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação de Mestrado. Salvador, BA: 2015.

JESUS, Jaqueline Gomes de. ORIENTAÇÕES SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO: CONCEITOS E TERMOS. Dez. 2012.

